

Tema - Democracia e autonomia moral na sala de aula: As assembléias de Classe.
Devolução Observação Grupo 08 Matutino – Professora Aracy Carvalho

Thais Almeida Costa

Discutir sobre democracia e autonomia no cotidiano da sala de aula significa pensar a escola como espaço estrutural e de constituição subjetiva, em função dos modos como intervém na vida e formação dos sujeitos. Acreditar no poder de transformação da educação implica na implementação de possíveis práticas emancipatórias em currículo capazes de contribuir para sociedade democrática enquanto utopia possível (OLIVEIRA, 2003).

Nesse sentido, faz-se necessário questionar como se configuram práticas curriculares emancipatórias capazes de potencializar a ação autônoma dos sujeitos, tendo em vista a democracia social. É possível pensar em uma escola e um currículo capazes de promover a autonomia moral para além da obediência heterônoma dos seus alunos?

O desafio instaurado frente tal questionamento, segundo Rigal (2000), é a constituição de uma *escola crítico democrática* capaz de cumprir um papel relevante na formação de sujeitos políticos, protagonistas de uma democracia substantiva. Pensa-se em uma escola capaz de facilitar a formação cidadã, que busca fortalecer os espaços e as práticas democráticas, incluindo a participação dos diversos atores na tomada de decisões (RIGAL, 2000, p.190).

O reconhecimento de que a educação representa uma prática social, moral e política, e não meramente um procedimento técnico, direciona discursos de alguns autores que defendem que educadores progressistas devem enfrentar o desafio de unir a cultura e a política, refletindo sobre aspectos da democracia e da vida pública (GIROUX, 2000). Esse discurso dá continuidade aos debates educacionais que focalizam suas investigações nos assuntos culturais e nas relações sistemáticas do poder. Nesse sentido, pensar a pedagogia como uma prática social, como nos propõe Giroux (2000), significa assumir uma perspectiva ética e política da educação, capaz de questionar práticas curriculares e de produção de conhecimentos tendo em vista a promoção de um projeto de cidadania crítico e democrático.

Na perspectiva de Santos (2000), os discursos da teoria crítica pós-moderna procuram reconstruir a idéia e a prática da transformação social emancipatória. A tarefa primordial na da inquirição crítica pós-moderna seria a elucidação das formas de socialização, educação e de trabalho que promovem subjetividades rebeldes ou, ao contrário, subjetividades conformistas.

Ao tomar tais categorias como referência, aqui se assume a importância da escola como instância formadora em função das suas possibilidades reais de desenvolvimento de ações emancipatórias. Como destaca Oliveira (2003), deve-se pensar no modo como as práticas curriculares cotidianas podem criar formas de emancipação social frente às forças reguladoras das normas. No cotidiano das escolas, os professores criam saberes e fazeres que podem representar inovações emancipatórias ou reforçar condições de regulação. O que precisamos pensar é como favorecer que as práticas pedagógicas possam contribuir para a construção da democracia social.

Assim, analisar a emancipação social implica em pensarmos como se configura a democracia dentro da escola. Significa pensar, como nos aponta Silva (1996), uma educação e um currículo voltados para a abertura e a dissidência, para a disseminação e a pluralidade, para o movimento e a mudança, e não uma educação e um currículo centrados no fechamento e no conformismo, no imobilismo e na permanência.

É justamente por acreditar que os educadores da Escola Experimental devem atuar enquanto profissionais progressistas, que precisamos nos indagar sobre o que das nossas práticas reforça ora a democracia, ora o conformismo. Tais reflexões nos levam a olhar para o nosso cotidiano com uma perspectiva muito mais crítica e responsável, tendo em vista a criação de uma *cultura democrática* que legitima o diálogo aberto e o debate, onde a aprendizagem passa a ser uma atividade reflexiva sobre a construção de pessoas autônomas.

A observação realizada no dia 22/09, na sala do Grupo 08 da professora Aracy evidenciou alguns elementos culturais significativos para a constituição dessa cultura democrática na escola: A rotina compartilhada; O quadro de responsabilidades; A Assembléia de Classe. Estratégias coerentes com potencial de legitimar a formação autônoma dos alunos e com grande força de emancipação. Vamos discuti-las separadamente.

A rotina compartilhada foi trabalhada pela professora Aracy como uma maneira de inserir a participação dos alunos na definição da organização temporal das atividades a serem realizadas em classe. Era nítida a intenção de compartilhar com as crianças

algumas decisões. As sugestões de todos eram acolhidas e discutidas, era possível perceber o envolvimento dos meninos e meninas, além do constante incentivo dado pela professora:

- “Qual o melhor dia para a Oficina de Poemas?”, pergunta a professora.
- “É melhor na sexta porque só temos uma aula extra”, responde um dos alunos.
- “Quem concorda que deve acontecer na sexta?”, novamente a professora.
- “Também pode ser na segunda porque não temos nenhuma aula extra”, outro aluno sugere.

Colocadas as opiniões, eram feitas votações e análises, para que a rotina da semana pudesse ser organizada. Sem dúvida, um passo bastante significativo para tornar a sala de aula um espaço onde todos têm voz ativa e decidem, não apenas o professor. Um professor que abre mão do seu poder absoluto, que reconhece e respeita seus alunos considerando-os como parte ativa e valiosa do processo pedagógico.

O passo dado por Aracy, indica a possibilidade de continuarmos a trilhar um caminho bastante desafiador. Percebo já haver espaço para compartilharmos não apenas a organização temporal das atividades, mas também escolhas mais efetivas em termos do planejamento das mesmas. Sei que a pressão dos conteúdos é imensa, não dando espaço para maiores intervenções das crianças, mas pelo menos já podemos garantir alguns momentos para atividades tanto obrigatórias quanto optativas, como uma alternativa à uniformização e massificação das nossas rotinas. Aparentemente posso estar querendo demais, mas nossas convicções é que devem orientar as nossas ações.

O quadro de responsabilidades também é trabalhado por Aracy com bastante entusiasmo e empolgação. Aliás, entusiasmo é a palavra perfeita para definir essa professora tão querida por todos. Compartilhar com os alunos as responsabilidades da classe transmite a mensagem de que a tarefa da organização do ambiente da sala de aula deve ser um empreendimento de todos. Para a organização do quadro, a professora possibilita que os alunos escolham em quais grupos de responsabilidade irão ficar e aproveita o momento para dar orientações em relação a algumas ações:

-“Vamos pensar em outros tipos de acolhimento. Precisamos de acolhimentos diversificados, não apenas brincadeiras!”

Tal intervenção evidencia a necessidade de avaliarmos constantemente as ações dos grupos de responsabilidades com os próprios alunos, bem como a definição de critérios que organizem as diferentes iniciativas.

No momento das escolhas das responsabilidades, alguns conflitos surgiram entre os alunos que queriam fazer parte de grupos que já estavam formados. Como sabemos, os conflitos se constituem enquanto uma excelente oportunidade para o exercício da reciprocidade, elemento essencial do agir autônomo. No entanto, a forma como o conflito foi resolvido nesse momento, pareceu reforçar mais a heteronomia do que a demanda por reflexão e escolhas: as crianças bateram par ou ímpar.

Seria esta a melhor maneira? A definição nesse caso fica a critério da sorte, algo externo aos alunos, que os exime de assumir o compromisso frente às decisões tomadas e de buscar argumentos e critérios que fundamentem as escolhas. O exercício da autonomia implica na coordenação dos diferentes pontos de vista e perspectivas para decidir agir da melhor maneira para todos os envolvidos (PIAGET, 1932)

Tratando-se do exercício da autonomia moral, nada mais oportuno do que abordarmos as Assembléias de Classe. Segundo ARAÚJO (2002), as “assembléias de classe e escolares” podem ser consideradas como uma forma de operacionalizar um espaço para a participação efetiva de alunos e professores no processo de democratização das relações e resolução de conflitos. É um momento que pode levar todos os membros da comunidade escolar a vivenciarem um ambiente democrático e respeitoso, contribuindo com a educação “para” e “na” cidadania.

É impressionante perceber o compromisso dos alunos e da professora do Grupo 8 nesse momento. Fica nítido como as crianças já têm esse procedimento internalizado, contribuindo e interferindo constantemente na sua organização. Participam atentamente, respeitam a palavra do outro, legitimando o diálogo e a reflexão como necessários para vida em comunidade. Emociona perceber o auto-governo de alunos...

Começam a dinâmica da Assembleia com as felicitações. Vale ressaltar que os alunos destacaram muitas coisas positivas, o que significa um grande avanço, pois é muito comum haver mais críticas do que pontos a serem valorados.

-“Gostei do recreio que foi muito criativo”.

-“Gostei da pró, ela me ajuda no dever mas não dá a resposta!

-“Gostei da atitude de Yasmin que não reagiu aos xingamentos”.

-“Gostei do ábaco, é um jeito da gente resolver contas brincando.”

-“Gostei dos ensaios do teatro. Fiquei impressionado como em três dias eu aprendi a minha fala.”

Perante as colocações e felicitações dos colegas, o presidente Hugo sempre fazia intervenções bastante oportunas:

“Você tem alguma ideia para que isso aconteça mais vezes?”

“Quem não falou não quer dar uma palavrinha não?”

“Quem já levantou o dedo, por favor não levante novamente porque assim não dará tempo.”

Em um segundo momento, começam a discussão do item “Não gostei” e logo o presidente faz a ressalva: “Lembrem de não falar o nome das pessoas”. Isso indica a preocupação em se discutir os fatos e não julgar os outros. Excelente intervenção! Durante todo o debate também é solicitado pelo presidente que surjam propostas para resolver o conflito apontado. As propostas são anotadas pelo escriba e passa-se para a discussão do próximo tema.

Nesse momento da observação fiquei, então, com uma dúvida: Como e quando as sugestões são discutidas para então virarem regras? Em que momento são feitas votações para que se decida a melhor maneira de resolver o conflito? A partir dessa dúvida, retomo a leitura de Vinha e Togneta (2007) que propõem a seguinte condução para a discussão dos conflitos nas Assembléias:

- 1) A descrição do problema – O que está acontecendo?
- 2) Análise das prováveis causas do problema: Por que isso está acontecendo?
- 3) Propostas de soluções: Como poderemos resolver?
- 4) A regra ou procedimentos são aprovados pelos participantes mediante votação.

Tais sugestões podem ser extremamente válidas para que possamos organizar as discussões, potencializando o tempo e tornando as decisões do grupo mais efetivas. Vinha e Togneta (2007) ainda propõem que as regras definidas a partir da votação sejam escritas e afixadas em um local visível e posteriormente retomadas em outras Assembléias. Vale ressaltar também a importância da ata, que pode destacar os itens da pauta que foram discutidos, as propostas de trabalho, as regras aprovadas, os encaminhamentos e as soluções encontradas (VINHA e TOGNETA, 2007).

Não posso deixar de citar um elementíssimo para a efetivação da Assembléia com o grupo de alunos: O professor. Aracy é um “show” à parte... Emociona-se, contagia os alunos, faz intervenções pertinentes e legitima a atuação do grupo de coordenadores. Ela assume um papel sempre ativo, porém ponderado. Intervém quando necessário, contribui para o equilíbrio, toma o cuidado para não gerar dependência e não assumir a condução do processo. É uma professora que atua enquanto estimuladora e mediadora, que realmente acredita na proposta das Assembléias, tornando-a eficaz e significativa para todos. Trata-se de uma líder

democrática, que assume a função de “liderar” mas não de “comandar” (VINHA, 2003).

Uma das intervenções realizadas durante a Assembléia, indica a intencionalidade da ação docente e a clareza do que quer alcançar em termos do desenvolvimento moral:

“Eu penso que a gente precisa se colocar no lugar do outro, sentir o que o outro sente. Assim haverá uma mudança de postura. Não adianta querer ganhar algo em troca das nossas ações, como as balas que foram citadas. Temos que ir por um outro caminho”.

Percebe-se o objetivo da professora em buscar promover a reflexão das crianças acerca da reciprocidade. O respeito mútuo e a cooperação devem ser cultivados como elementos necessários para a construção da noção de justiça, elemento estrutural da moral estudada por Piaget (1932). Essa consciência a respeito dos elementos que compõem a formação moral transparece constantemente no discurso de Aracy, que demonstra ter a fundamentação teórica necessária para atuar enquanto uma educadora comprometida e progressista.

Observar a prática das Assembléias é sempre gratificante! Principalmente em função do atual momento político no país: a eleição de prefeitos e vereadores. Torna-se ainda mais evidente a necessidade de reafirmarmos os compromissos morais e políticos da nossa prática pedagógica e assumir o papel da escola em desenvolver habilidades e conhecimentos que habilitem o aluno a viver em uma democracia e lutar por ela. Cabe a cada professor, seguindo o exemplo de Aracy, pensar a democracia como nos propõe Maturana (1999), como uma obra de arte político-cotidiana que exige atuar no saber de que ninguém é dono da verdade e que o outro é tão legítimo como qualquer um.

Obrigada, Aracy, por compartilhar conosco o seu saber! Não é em vão que seus alunos tanto valorizam a sua atuação. Você torna explícito o conceito walloniano de contágio emocional. Com muito envolvimento e vibração você consegue encharcar de sentido a prática docente e cada uma das suas lágrimas derramadas em função das emoções vividas torna ainda mais gratificante o ato de educar.

Thais Almeida costa

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, U. *Assembléia Escolar: Um caminho para a resolução de conflito*. Moderna: São Paulo, 2002

GIROUX, Henry. Entrevista com Henry Giroux In C.A. Torres e tal. *Educação, Poder e Biografia Pessoal: Diálogos com educadores críticos*. Artmed: Porto Alegre, 2000.

MATURANA, H. *Emoção e linguagem na educação e na política*. Ed UFMG: Belo Horizonte, 1999.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. *Currículos praticados: entre a emancipação e a regulação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PIAGET, Jean. *O julgamento Moral na Criança*. Mestre Jou: São Paulo, 1932

RIGAL, Luís. A Escola crítico democrática: Uma matéria pendente no limiar do século XXI. In IBERÓN, F. *A educação no século XXI: Desafios do futuro imediato*. Porto Alegre: Artemed, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Crítica da razão indolente*. Cortez: São Paulo, 2000.

VINHA, Telma Pileggi e TOGNETA, Luciena. *Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembléias na escola*. Mercado das letras: Campinas, 2007